

ANEXO I - A
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO – SERVIÇO SEM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA
(Processo Administrativo n.º 23228.000719/2019-08)

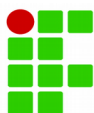
1. DO OBJETO

- 1.1. **ASSUNTO:** Pregão Eletrônico para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **seguro total de veículos** em atendimento às demandas da Reitoria do Ifap.
- 1.2. O serviço deverá ser prestado conforme especificações descritas nesse Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do edital independente de transcrição;
- 1.3. Para efeito de julgamento dos preços no PREGÃO ELETRÔNICO, o critério de julgamento deverá ser **menor preço por grupo**, sendo vencedor o licitante que ofertar o menor valor para o grupo na fase de lances;
- 1.4. Para os itens agrupados, a classificação final será feita pelo valor global do grupo, no entanto, a disputa será por item;
- 1.5. O serviço deverá ser prestado conforme características técnicas, quantidades e demais requisitos descritos neste Termo de Referência, observadas as especificações e quantidades relacionadas abaixo:

TABELA I – ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES DE REFERÊNCIA

GRUPO	ITEM	CAMPI	DESCRIÇÃO DO VEÍCULO	ANO/MOD	PLACA	CHASSI	COD. FIPE	VALOR FIPE	QTD	VALOR ESTIMADO
1	1	PORTO GRANDE	MITSUBISHI L-200 TRITON GL 3.2 DIESEL	08/09	NEM 1562	93XPNK7409C851979	022093-0	R\$ 46.174,00	1	R\$ 3.189,26
	2	REITORIA	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/12	NET 5101	8AJFR22G7C4555318	002088-5	R\$ 73.228,00	1	R\$ 3.741,01
	3	REITORIA	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/12	NET 5102	8AJFR22G2C4555355	002088-5	R\$ 73.228,00	1	R\$ 3.741,01
	4	REITORIA	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/11	NEZ 6532	8AJFR22GXB4553125	002088-5	R\$ 69.180,00	1	R\$ 3.678,41
	5	PORTO GRANDE	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/11	NEZ 6692	93XLNKB8TGCF15816	002088-5	R\$ 69.180,00	1	R\$ 3.678,41
	6	MACAPÁ	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/11	NEZ 6712	8AJFR22G9B4553102	002088-5	R\$ 69.180,00	1	R\$ 3.678,41
	7	LARANJAL DO JARI	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/11	NEZ 6672	8AJFR22G0B4553053	002088-5	R\$ 69.180,00	1	R\$ 3.678,41
	8	OIAPOQUE	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/11	NEZ 6682	8AJFR22GXB4553075	002088-5	R\$ 69.180,00	1	R\$ 3.678,41
	9	REITORIA	MITSUBISHI L-200 TRITON GL 3.2 DIESEL	15/16	QLN 9761	93XLNKB8TGCF15816	022125-2	R\$ 70.984,00	1	R\$ 4.523,73
	10	SANTANA	MITSUBISHI L-200 TRITON GL 3.2 DIESEL	15/16	QLN 9763	93XLNKB8TGCF15912	022125-2	R\$ 70.984,00	1	R\$ 4.523,73
	11	LARANJAL	MITSUBISHI L-200 TRITON GL 3.2 DIESEL	16/17	QLO 2108	93XLNKB8THCG22685	022125-2	R\$ 73.161,00	1	R\$ 4.685,08
	12	MACAPÁ	VEÍCULO PARA NISSAN VERSA 1.6 SV 16 V FLEX/START 4P MEC. ÁLCOOL/ GASOLINA	15/16	QLT 3631	940BCAN17GB110691	023137-1	R\$ 40.505,00	1	R\$ 2.072,71
	13	REITORIA	VEÍCULO PARA NISSAN VERSA 1.6 SV 16 V FLEX/START 4P MEC. ÁLCOOL/ GASOLINA	15/16	QLT 3632	940BCAN17GB110449	023137-1	R\$ 40.505,00	1	R\$ 2.072,71
	14	SANTANA	VEÍCULO PARA NISSAN VERSA 1.6 SV 16 V FLEX/START 4P MEC. ÁLCOOL/ GASOLINA	15/16	QLT 3633	940BCAN17GB110667	023137-1	R\$ 40.505,00	1	R\$ 2.072,71
	15	MACAPÁ	MICRO-ONIBUS MARCOPOLO W9	11/11	NEO 0248	93PB40E3PBC036683	508010-0	R\$ 83.416,00	1	R\$ 5.601,36

1.6. O **VALOR TOTAL MÁXIMO DE REFERÊNCIA** para esta contratação é de **R\$ 54.615,36** (cinquenta e quatro mil, seiscentos e quinze reais e trinta e seis centavos);



1.7. Para o alcance dos valores estimados foram realizadas pesquisas de preços no painel de preços do governo federal, bem como diretamente com os fornecedores, conforme documentos constantes no processo, em observância ao disposto na IN n. 03\2017 – SLTI/MPOG.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Para a contratação:

A Reitoria do Ifap é o órgão gerenciador desta contratação, e contempla os veículos de todos os Campi do Ifap.

A contratação de seguros para frota de veículos oficiais do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá, tem a finalidade de manter segurados os veículos pertencentes à frota, visto que, as atividades de caráter administrativo e pedagógico, como a participação em reuniões, treinamentos de cunho administrativo e pedagógico, viagens de estudo, serviços administrativos, bem como o transporte de cargas, são desenvolvidas fora da área do Instituto e/ou fora dos municípios das respectivas unidades, necessitando do transporte dos servidores e/ou alunos, através do uso da frota de veículos da Instituição.

Assim, a presente contratação é motivada pela necessidade de garantir a cobertura de despesas frente a eventuais danos que possam atingir os veículos deste IFAP, principalmente por se tratar de viaturas que circulam diariamente, estando assim em plena atividade. A contratação de seguro para os veículos deste IFAP constitui, portanto, forma eficiente de zelar e resguardar o patrimônio público, garantindo a recomposição do erário na ocorrência de eventual sinistro que gere dano ou perda nos veículos segurados. O quantitativo estimado é composto por veículos em plena atividade pela Reitoria e Campi do IFAP, sendo que durante a vigência do contrato poderão vir a ser endossado novos veículos.

Importante ressaltar, que em caso de acidentes o tempo utilizado para manutenção corretiva dos veículos segurados sofre redução significativa, assim como o valor gasto com a referida manutenção, vez que o Ifap arca com o pagamento de despesa somente do valor da franquia contratada.

A contratação de Companhia Seguradora é para seguro de 14 (quatroze) veículos, sendo 4 Mitsubishi L-200, 6 Toyota Hilux 4x4, 3 Nissan Versa, e 1 microônibus Marcopolo.

2.2. Para o agrupamento dos itens:

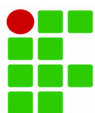
O critério de julgamento de “menor preço global” por grupo justifica-se por entender que na prestação do serviço em questão, a divisibilidade total torna o contrato menos vantajoso. A opção do certame licitatório por grupo deve-se também ao fato de que a contratação de várias empresas dificulta o gerenciamento e fiscalização do contrato, especialmente pela especificidade do presente serviço.

Além disso, os itens foram agrupados por serem de natureza semelhante, sabendo que o agrupamento é técnica e economicamente viável (Art. 8º do 7.892/2013), e conforme pesquisa de mercado, existem empresas que prestam o serviço desta contratação para o Estado do Amapá.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A presente contratação trata-se de serviço comum, e ocorrerá através de PREGÃO ELETRÔNICO, de acordo com os Decretos (e alterações) nºs 3.555/2000, 3.722/2001, 3.784/2001, 5.450/2005, Lei nº 10.520/2002, sendo aplicadas subsidiariamente as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações. Consideram-se serviços comuns, para os fins e efeitos desta contratação, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.



3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

4.1. Conforme o Art. 3º da Lei 8.666/1993, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

4.2. Segundo o TCU licitações sustentáveis visam, além de outros aspectos, o desenvolvimento regional e equidade social, benefícios à saúde pública e redução dos impactos ambientais, comércio justo, novos negócios e incentivo a micro e pequenas empresas. Assim, a administração privilegiará, na presente aquisição, a adoção da proposta mais vantajosa dentre aquelas que cumpram os padrões de qualidade socioambiental, quando aplicáveis, em atendimento à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e alterações.

5. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O serviço, objeto desta contratação, não é de natureza continuada, e deverá ser executado pela empresa contratada, obedecendo ao disposto na Lei de Licitações n. 8.666/93 e Instrução Normativa SLTI/MPOG no 5, de 2017, e nas demais normas legais e regulamentos pertinentes, bem como ao disposto neste Termo de Referência;

5.2. Serviço de **seguro total de veículos** em atendimento às necessidades da Instituição, incluindo-se a atual frota de veículos do IFAP, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, em todo o Estado do Amapá, inclusive com serviço de socorro (guincho), sem limite de quilometragem em qualquer caso que impossibilite o regular funcionamento dos veículos segurados, impedindo-os de se locomoverem por seus próprios meios;

5.3. Dentre os veículos existem aqueles que se encontram sob a utilização e guarda da Reitoria e Campus Macapá, ambos com Sede em Macapá/AP; e os veículos que se encontram localizados nos demais Campi do IFAP, com Sede em outros Municípios, tais: Santana, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Oiapoque;

5.4. A Apólice deverá ser entregue, preferencialmente, em papel reciclado e biodegradável;

5.5. A apólice de seguro deverá conter, impreterivelmente, a descrição dos itens a seguir:

5.5.1. Do casco:

a) Limite máximo de indenização até o valor do veículo segurado, 110% (cento e dez por cento) da tabela FIPE;

5.5.2. Da Responsabilidade civil facultativa (RCF – V) – Por veículo (mínimo):

a) Valor para indenização de danos pessoais/morais = R\$ 50.000,00

b) Valor para indenização de danos materiais = R\$ 50.000,00

c) Valor para indenização de danos corporais = R\$ 50.000,00

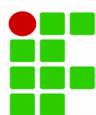
5.5.3. Do Acidente por passageiro (APP) – Por pessoa (mínimo):

a) Valor para indenização morte por pessoa = R\$ 12.000,00

b) Valor para indenização invalidez por pessoa = R\$ 12.000,00

5.6. A Contratada deverá fornecer manual ou documento equivalente contendo informações relativas ao funcionamento do seguro para os veículos objeto da contratação;

5.7. O IFAP reserva-se do direito de verificar, sempre que julgar necessário, se os preços praticados pela Contratada estão compatíveis com os de mercado;



5.8 Aplicam-se as disposições da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, nos casos em que não contrariar as disposições contidas no Edital;

5.9. Os contratos de seguro decorrentes da presente contratação terão prazos para emissão e vigência da apólice conforme abaixo:

5.9.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura;

5.9.2. O prazo de vigência do seguro será de 12 (doze) meses, tendo início a contar da data definitiva na Ordem de Serviço;

5.9.3. A apólice deverá ser emitida em até 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço;

5.9.4. Os veículos deverão estar segurados contra os riscos previstos na contratação desde o recebimento da Ordem de Serviço, ainda que não emitida a apólice, caso em que a Contratada deverá fornecer os dados necessários ao acionamento do socorro em caso de sinistro;

5.10. O prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias;

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

6.1. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – Ifap desenvolve suas atividades no Estado do Amapá, tendo unidades fixas em alguns Municípios, bem como a promoção de ações em outras localidades do Estado;

6.2. Os Municípios com unidades administrativas instaladas são: Macapá, Santana, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Oiapoque;

6.3. O trajeto entre os Municípios acima pode ser dado por meio terrestre, sendo a maior distância cerca de 600 km;

6.4. O valor de mercado referenciado neste Termo de Referência foi estabelecido com base nos valores da tabela FIPE, sendo que em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela adotada por ocasião da contratação do seguro, poderá ser adotada a tabela da “revista quatro rodas” ou fonte similar, ficando entendido que, para fins de remissão, tal tabela será chamada de tabela substituta;

6.5. Os veículos a serem segurados representam cerca de 90% (noventa por cento) da frota total do Ifap;

6.6. A franquia dos veículos será reduzida;

6.7. A frota atual de veículos do Ifap não possui cobertura de seguro total por Companhia Seguradora.

7. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Observado o disposto na IN nº 05, de 2017, a avaliação dos serviços será baseada na produtividade\qualidade dos serviços prestados, e a IN disponibiliza o modelo de instrumento de avaliação chamado Instrumento de Medição de Resultado (IMR), o qual é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento;

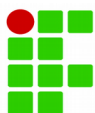
7.2. Para esta contratação, a fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo de referência previsto no item 9 deste Termo de Referência, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

7.2.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



8.1. Em se tratando de sinistro envolvendo veículos zero-quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 dias a contar data de seu recebimento pelo contratante, independente da quilometragem rodada no período. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero-quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

8.2. DO SEGURO: A seguradora deverá cobrir todos os riscos derivados da circulação dos veículos segurados, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte dos veículos até oficina mais próxima do acidente, e as indenizações e prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, conforme descrito abaixo:

8.2.1. Queda acidental em precipícios ou pontes;

8.2.2. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento ou capotagem acidental, inclusive envolvendo veículos da mesma frota;

8.2.3. Raios e suas consequências, incêndio ou explosão decorrentes de qualquer causa; salvo exceções previstas em legislação específica;

8.2.4. Queda acidental sobre o veículo de qualquer agente externo, desde que o agente externo não faça parte integrante do veículo ou não esteja nele fixado;

8.2.5. Queda, deslizamento ou vazamento sobre o veículo da carga e/ou objeto por ele transportado, em decorrência de acidente de trânsito e não da simples freada;

8.2.6. Submersão total ou parcial do veículo em atolamento, bem como em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive nos casos de veículos guardados no subsolo;

8.2.7. Roubo ou furto, total ou parcial de veículo, inclusive os danos causados por tentativas de roubo ou furto, tais como disparo de projétil de arma de fogo;

8.2.8. Acidente ocorrido durante seu transporte por qualquer meio apropriado;

8.2.9. Atos danosos praticados por terceiros, exceto quando configurar “prejuízos não indenizáveis pela Seguradora”, nos termos da legislação pertinente (Circular SUSEP nº 306/2005, ou instrumento mais atualizado);

8.2.10. Despesas necessárias ao socorro e salvamento do veículo em consequência de um dos riscos cobertos;

8.2.11. Roubo ou furto total exclusivo do rádio, toca-cd/dvd e tacógrafo, desde que façam parte do modelo original do veículo, com aplicação da franquia estipulada da apólice para o veículo;

8.2.12. Cobertura para reposição de vidros, faróis, lanternas e retrovisores para todos os veículos;

8.2.13. Acidente envolvendo o veículo segurado com veículos de servidores da contratante, dentro de suas dependências;

8.2.14. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;

8.2.15. Danos causados a terceiros, Responsabilidade Civil Facultativa – RCF (Danos Materiais e Pessoais a Terceiros);

8.2.16. Acidentes Pessoais por Passageiros – APP (Morte e Invalidez);

8.2.17. Assistência 24h (vinte e quatro) horas, incluindo reboque;

8.2.18. Coberturas adicionais de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

a) assistência em caso de pane mecânica;

b) assistência em caso de pane elétrica;

c) assistência em caso de pane seca;

d) disponibilidade de serviços de chaveiro, borracheiro e vidraceiro;

e) reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até 600 km;

f) transporte do motorista e passageiros do veículo segurado em caso de imobilização do veículo segurado;



g) transporte do motorista e passageiros do veículo segurado em caso de roubo ou furto do veículo segurado.

8.3. DO ENDOSSO:

8.3.1. Quaisquer alterações na apólice, tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, quando couber, poderão ser solicitadas pelo Instituto Federal do Amapá, e processadas pela licitante vencedora, mediante endosso;

8.3.2. Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto do contrato, que apresentarem durante o período da vigência do mesmo;

8.3.3. A empresa vencedora deverá providenciar no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, a contar da data de solicitação pelo IFAP, as alterações na respectiva(s) apólice(s).

8.4. DA FRANQUIA:

8.4.1. A Franquia considerada neste Termo de Referência é a **reduzida**, e os valores deverão constar obrigatoriamente nas propostas;

8.4.2. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

8.4.3. A franquia somente será cobrada quando houver danos parciais, sendo isenta nos casos de perda total, furto, roubo, danos causados pela natureza e quando resultar de pequenos acidentes em que o dano for causado apenas a terceiros;

8.4.4. Os valores referentes às franquias, em caso de sinistro parcial, **serão pagos pela Reitoria do IFAP**, observado o seguinte:

a) O valor referente à franquia deverá ser pago pelo IFAP, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação (Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS) regular; ou o sistema financeiro do IFAP não permita a operação, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse;

b) Os veículos serão reparados preferencialmente em concessionárias autorizadas da marca, em caso de sinistro;

c) Os reparos poderão ser feitos em oficinas terceirizadas e credenciadas pela seguradora, desde que sejam autorizados pelo IFAP;

8.4.5. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

8.5. DO PERFIL DOS MOTORISTAS:

8.5.1. Os veículos são conduzidos por motoristas terceirizados ou por servidores legalmente autorizados;

8.5.2. As características individuais dos motoristas como tempo de habilitação e idade não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado; considerar como indeterminado.

8.6. DA GUARDA E UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS:

8.6.1. Os veículos a serem, eventualmente, segurados são usados para transporte de servidores/alunos pertencentes aos campi do IFAP, além de colaboradores a serviço, sendo que eventualmente, são utilizados para transporte de bens patrimoniais (mesas, armários etc..) entre um campus e outro, no Estado do Amapá;

8.6.2. Os veículos quando estão na Reitoria ou Campi do Instituto Federal do Amapá, permanecem recolhidos em estacionamento privado e fechado;

8.6.3. Dentre os veículos a serem, eventualmente, segurados não existe algum que tenha sido transformado, blindado, ou que seja utilizado em uso policial ou ambulância;

8.6.4. Não há previsão de quantidade de quilômetros a serem percorridos pelos veículos da frota do IFAP no período de vigência do seguro.

8.7. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS:

8.7.1. Os serviços porventura executados pela(s) oficina(s) credenciada(s) pela Contratada terão garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados do Recebimento Definitivo;

8.7.2. Caso a empresa apresente prazo de garantia superior ao estipulado acima, o novo prazo será considerado para o termo final;

8.7.3. A garantia abrange peças e materiais utilizados e serviços executados pela(s) oficina(s) credenciada(s), observadas as legislações em defesa do consumidor;

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. A gestão da execução do contrato será realizada pelo fiscal do contrato, que receberá o auxílio da Unidade de Contratos do Ifap;

9.2. A comunicação a ser estabelecida entre o Ifap e a Contratada será por meio eletrônico, observada a velocidade e eficiência da comunicação, salvo outra forma, que por força de legislação específica ou por conveniência da Administração seja necessária;

9.3. Salvo outro critério de medição de resultado a ser utilizado pela fiscalização de contrato, os serviços da Contratada será avaliado por meio do seguinte indicador de qualidade: **1 – Pontualidade no cumprimento dos prazos de execução dos serviços cobertos pelo seguro;**

9.4. A avaliação de cada indicador resulta na atribuição de pontos de qualidade. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade, cuja diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços, observado abaixo:

Indicador	
Nº. 1 – Pontualidade no cumprimento dos prazos de execução dos serviços cobertos pelo seguro. (0, 90, 0,95 ou 1,00 ponto)	
Finalidade	Garantia que os serviços contratados sejam realizados nos prazos previstos no contrato
Meta a cumprir	100% dos serviços requeridos executados nos prazos estabelecidos no contrato
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados emitidos pela fiscalização do contrato.
Forma de acompanhamento	Pessoal, pelo servidor/equipe da Contratante, responsável pelo acompanhamento/controle da execução dos serviços
Periodicidade	Por evento, a cada serviço previsto em ordem de serviço específica.
Mecanismo de Cálculo	O valor a ser pago será do serviço executado pelo fator: Valor (R\$)= valor do serviço executado x Fator <ul style="list-style-type: none"> Fator = 1,00 – se os serviços foram concluídos no prazo estabelecido; Fator = 0,95 – se os serviços, em parte, forem concluídos fora do prazo; Fator = 0,90 – se o total dos serviços forem concluídos fora do prazo;
Início de Vigência	A partir do recebimento da ordem de serviço pela Contratada
Faixas de ajustes de pagamento	Averiguação serviço a serviço, em todos os serviços constantes da ordem de serviço: <ul style="list-style-type: none"> Se o fator for = a 1,00 – corresponde a 100% do valor da Nota fiscal apresentada; Se o fator for = a 0,95 – corresponde a 95% do valor da Nota fiscal apresentada; Se o fator for = a 0,90 – corresponde a 90% do valor da Nota fiscal apresentada.
Sanções	Conforme item 19 deste termo de referência



Observações

-

9.5. A verificação do cumprimento ou não do IMR ou instrumento similar será acompanhado pelo Fiscal do contrato de cada Unidade Administrativa;

9.6. O não cumprimento das metas previstas no IMR ou instrumento similar gerará um abatimento, nos percentuais previstos sobre o valor total da nota fiscal apresentada pela Contratada, que será glosado pelo Contratante;

9.7. O Fiscal do contrato observará o cumprimento ou não do IMR ou instrumento similar, promovendo e apontando as adequações necessárias, implicando em redução do valor a ser pago caso não seja cumprido, ou devidamente justificado e aceito, o cronograma de prestação de serviços pela Contratada;

9.8. A empresa deverá ser comunicada para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto, se for o caso.

10. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

10.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada, por meio das concessionárias/oficinas credenciadas, deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades imprescindíveis para o serviço, promovendo sua substituição quando necessário.

11. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. A execução dos serviços será iniciada a contar da assinatura do Contrato, sendo que os serviços serão solicitados, conforme necessidade, por meio de emissão de nota de empenho e\ou ordem de serviço, a qual será enviada à Contratada por servidor competente;

11.2. A apólice deverá ser emitida em até 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da nota de empenho e\ou Ordem de Serviço;

11.3. Os veículos deverão estar segurados contra os riscos previstos na contratação desde o recebimento da Ordem de Serviço, ainda que não emitida a apólice, caso em que a Contratada deverá fornecer os dados necessários ao acionamento do socorro em caso de sinistro;

11.4. As empresas que não cumprirem os prazos acima estipulados sofrerão sanções da Lei 8.666/93 e suas alterações, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado pela Licitante e reconhecido pelo IFAP.

12. DA VISTORIA

12.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de localização dos veículos, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das das 08h30min às 11h e das 14h às 17h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail delic.reitoria@ifap.edu.br (obs.: quando tratar-se de vistoria nos Campi, o contato para agendamento será informado pela Reitoria), podendo sua realização ser comprovada por:

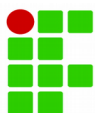
12.1.1. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017; ou

12.1.2. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade);

12.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

12.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

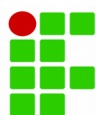
13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



- 13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 13.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 13.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 13.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 13.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 13.6. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 14.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 14.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- 14.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 14.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 14.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 14.7. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 14.8. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 14.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 14.10. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 14.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 14.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 14.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 14.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 14.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



- 14.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 14.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

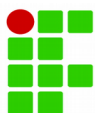
- 15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

16. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

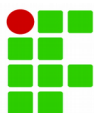
- 17.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997;
- 17.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;
- 17.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;
- 17.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017;
- 17.5. A fiscalização dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo XXX, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:
- 17.5.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 17.5.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 17.6. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;
- 17.7. Durante a execução do objeto, o fiscal do contrato deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
- 17.8. O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;
- 17.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;
- 17.10. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal do contrato, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;
- 17.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório;



- 17.12. O fiscal do contrato poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;
- 17.13. O fiscal do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 17.14. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;
- 17.15. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 17.16. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 17.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 18.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários;
- 18.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- 18.3 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado;
- 18.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 18.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório;
- 18.4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado também pelo fiscal do contrato;
- 18.4.1. O fiscal do contrato analisará os relatórios e toda documentação recebida provisoriamente e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- 18.4.2. O fiscal do contrato emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados provisoriamente, e comunicará a Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.



18.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e

19.1.5. cometer fraude fiscal.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

19.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. **Multa de:**

a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2** abaixo; e

e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;

f) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

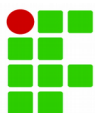
19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato



3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

19.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade;

19.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. DO ENVIO DA PROPOSTA FINAL

20.1. O licitante deverá apresentar a sua proposta final, com as seguintes informações:

20.1.1. Especificação dos serviços a serem prestados, detalhando de forma clara, todas as informações;

20.1.2. O correio eletrônico, número de telefone e contato do responsável pela proposta, para realização dos chamados;



20.1.3. Todas as especificações do serviço ofertado devem estar de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, inclusive preços unitários e preço total;

20.1.4. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como, também, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações;

20.1.5. A proposta deverá incluir informações de atendimento aos padrões de sustentabilidade, quando necessários, conforme estabelecido neste Termo de Referência;

20.1.6. Prazo de validade da proposta devendo ser de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos.

21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. A dotação orçamentária será de acordo com a Unidade Gestora da(s) respectiva(s) Unidade(s) Demandante(s) que emitirá as Notas de Empenho, conforme quadros abaixo:

UNIDADE GESTORA	UASG
REITORIA	158150

PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	SUBELEMENTO
108908	8100	33.90.39	69

22. DO PAGAMENTO

22.1. O pagamento será efetuado pela Reitoria do IFAP, em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal/fatura com o devido atesto do setor/servidor competente;

22.2. Ao IFAP reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, verificar que o serviço não corresponde às especificações dos itens conforme este Termo de Referência e da proposta apresentada;

22.3. O pagamento será efetivado à Contratada, em moeda nacional e por meio de ordem bancária.

22.4. O pagamento à Contratada somente será liberado após o recolhimento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual;

22.5. O licitante deverá zelar pelo adimplemento de seus tributos junto aos devidos órgãos públicos, visando manter sua qualificação tributária, condição sem a qual não será possível o pagamento de fatura apresentada.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Havendo divergência entre a especificação do serviço constante no Termo de Referência e a descrição contida no cadastro do COMPRASNET, prevalece a especificação do Termo de Referência;

23.2. Nos casos em que houver prestação do serviço com fornecimento de materiais/peças/acessórios, em todos os materiais deverão constar, em suas embalagens, descrições e especificações na língua portuguesa, ou apresentar rótulo com as mesmas características.

RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA	APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA
Ana Paula Almeida Chaves Chefe do DEPLAN Portaria nº 2009/2018/GR/IFAP	() Aprovo e autorizo abertura de Processo de Licitação () Não aprovo Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida Reitora do IFAP

ANEXO I – A

PLANO DE ESTUDO PRELIMINAR

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS (FROTA) EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA REITORIA DO IFAP

Introdução

Este documento apresenta o estudo técnico preliminar que servirá essencialmente para assegurar a viabilidade técnica e embasar o Termo de Referência da contratação de Companhia Seguradora para prestação de serviço de seguro total de veículos da frota do Instituto Federal de Educação do Amapá.

O conteúdo deste documento baseia-se nas exigências constantes no art. 24 da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, publicada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em conformidade com a lei, o presente serviço é comum. Consideram-se serviços comuns, para os fins e efeitos desta contratação, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Em 2017 foi aberto o processo nº 533/2017-89 instruído como registro de preços para este serviço, mas conforme Parecer Jurídico da Procuradoria Federal, foi recomendada a instrução como pregão eletrônico, o que culminou na contratação oriunda do Pregão nº 15/2018 – Ifap, processo nº 096/2018-84, ainda em vigência, mas que necessita desde já de novo processo para evitar que a frota fique sem cobertura de seguro.

Equipe de Planejamento da Contratação

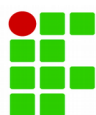
Integram a Equipe de Planejamento da Contratação, responsável pela elaboração deste Plano de Estudo Preliminar e pelo Gerenciamento dos Riscos da Contratação, nomeados pela Portaria 800/2019/GR/IFAP, os servidores abaixo listados:

1. Fábio Xavier Nascimento
2. Diego Samaro Belo Barriga
3. Anderson Magno de Aguiar

1. Identificação da necessidade da Contratação (art. 24, § 1º, I, e anexo III da IN 05/2017)

A Reitoria do Ifap é o órgão gerenciador desta contratação, e contempla os veículos de todos os Campi do Ifap.

A contratação de seguros para frota de veículos oficiais do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá, tem a finalidade de manter segurados os veículos pertencentes à frota, visto que, as atividades de caráter administrativo e pedagógico, como a participação em reuniões, treinamentos de cunho administrativo e pedagógico, viagens de estudo, serviços administrativos, bem como o transporte de cargas, são desenvolvidas fora da área do Instituto e/ou fora dos municípios das respectivas unidades, necessitando do transporte dos servidores e/ou alunos, através do uso da frota de veículos da Instituição.



Assim, a presente contratação é motivada pela necessidade de garantir a cobertura de despesas frente a eventuais danos que possam atingir os veículos deste IFAP, principalmente por se tratar de viaturas que circulam diariamente, estando assim em plena atividade. A contratação de seguro para os veículos deste IFAP constitui, portanto, forma eficiente de zelar e resguardar o patrimônio público, garantindo a recomposição do erário na ocorrência de eventual sinistro que gere dano ou perda nos veículos segurados. O quantitativo estimado é composto por veículos em plena atividade pela Reitoria e Campi do IFAP, sendo que durante a vigência do contrato poderão vir a ser endossado novos veículos.

Importante ressaltar, que em caso de acidentes o tempo utilizado para manutenção corretiva dos veículos segurados sofre redução significativa, assim como o valor gasto com a referida manutenção, vez que o Ifap arca com o pagamento de despesa somente do valor da franquia contratada.

A contratação de Companhia Seguradora é para seguro de 14 (quatorze) veículos, sendo 4 Mitsubishi L-200, 6 Toyota Hilux 4x4, 3 Nissan Versa, e 1 Microônibus Marcopolo.

2. Referência aos instrumentos de planejamento do órgão, se houver (art. 24, § 1º, II, e Anexo III da IN 05/2017)

A contratação do serviço proposto encontra amparo no Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023) do Ifap, no âmbito das estratégias e metodologias das áreas meio, Dimensão 9 – Engenharia e Infraestrutura – Quadro 13, conforme abaixo:

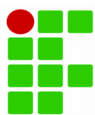
- *Objetivo: aumentar a segurança dos bens patrimoniais do Ifap.*

3. Requisitos da contratação (art. 24, § 1º, III, e anexo III da IN 05/2017)

- a) O presente serviço não é de natureza continuada, e deverá ser executado pela empresa contratada, obedecendo ao disposto na Lei de Licitações n. 8.666/93 e Instrução Normativa SLTI/MPOG no 5, de 2017, e nas demais normas legais e regulamentos pertinentes;
- b) Serviço de **seguro total de veículos** em atendimento às necessidades da Instituição, incluindo-se a atual frota de veículos do IFAP, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, em todo o Estado do Amapá, inclusive com serviço de socorro (guincho), sem limite de quilometragem em qualquer caso que impossibilite o regular funcionamento dos veículos segurados, impedindo-os de se locomoverem por seus próprios meios;
- c) Os veículos a serem segurados possuem seguro atualmente;
- d) Dentre os veículos existem aqueles que se encontram sob a utilização e guarda da Reitoria e Campus Macapá, ambos com Sede em Macapá/AP; e os veículos que se encontram localizados nos demais Campi do IFAP, com Sede em outros Municípios, tais: Santana, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Oiapoque;
- d) A Contratada deverá fornecer manual ou documento equivalente contendo informações relativas ao funcionamento do seguro para os veículos objeto da contratação;
- e) O IFAP reserva-se do direito de verificar, sempre que julgar necessário, se os preços praticados pela Contratada estão compatíveis com os de mercado;
- f) Aplicam-se as disposições da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, nos casos em que não contrariar as disposições contidas no Edital.

g) DA APÓLICE

- Os contratos de seguro decorrentes da presente contratação terão prazos para emissão e vigência da apólice conforme abaixo:
- O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura;
- O prazo de vigência do seguro será de 12 (doze) meses, tendo início a contar da data definitiva na Ordem de Serviço;



- A apólice deverá ser emitida em até 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço;
- Os veículos deverão estar segurados contra os riscos previstos na contratação desde o recebimento da Ordem de Serviço, ainda que não emitida a apólice, caso em que a Contratada deverá fornecer os dados necessários ao acionamento do socorro em caso de sinistro.

h) DO CASCO:

- Limite máximo de indenização até o valor do veículo segurado, 110% da tabela FIPE;
- Em se tratando de sinistro envolvendo veículos zero-quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 dias a contar data de seu recebimento pelo contratante, independente da quilometragem rodada no período. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero-quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.
- Responsabilidade civil facultativa (RCF – V) – Por veículo
- Valor para indenização de danos pessoais/morais – R\$ 50.000,00
- Valor para indenização de danos materiais – R\$ 50.000,00
- Valor para indenização de danos corporais – R\$ 50.000,00
- Acidente por passageiro (APP) – Por pessoa
- Valor para indenização morte por pessoa – R\$ 12.000,00
- Valor para indenização invalidez por pessoa – R\$ 12.000,00

i) DO SEGURO: A seguradora deverá cobrir todos os riscos derivados da circulação dos veículos segurados, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte dos veículos até oficina mais próxima do acidente, e as indenizações e prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, conforme descrito abaixo:

- Queda acidental em precipícios ou pontes;
- Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento ou capotagem acidental, inclusive envolvendo veículos da mesma frota;
- Raios e suas consequências, incêndio ou explosão decorrentes de qualquer causa; salvo exceções previstas em legislação específica;
- Queda acidental sobre o veículo de qualquer agente externo, desde que o agente externo não faça parte integrante do veículo ou não esteja nele fixado;
- Queda, deslizamento ou vazamento sobre o veículo da carga e/ou objeto por ele transportado, em decorrência de acidente de trânsito e não da simples freada;
- Submersão total ou parcial do veículo em atolamento, bem como em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive nos casos de veículos guardados no subsolo;
- Roubo ou furto, total ou parcial de veículo, inclusive os danos causados por tentativas de roubo ou furto, tais como disparo de projétil de arma de fogo;
- Acidente ocorrido durante seu transporte por qualquer meio apropriado;
- Atos danosos praticados por terceiros, exceto quando configurar “prejuízos não indenizáveis pela Seguradora”, nos termos da legislação pertinente (Circular SUSEP nº 306/2005, ou instrumento mais atualizado);
- Despesas necessárias ao socorro e salvamento do veículo em consequência de um dos riscos cobertos;
- Roubo ou furto total exclusivo do rádio, toca-cd/dvd e tacógrafo, desde que façam parte do modelo original do veículo, com aplicação da franquia estipulada da apólice para o veículo;
- Cobertura para reposição de vidros, faróis, lanternas e retrovisores para todos os veículos;



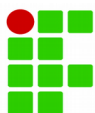
- Acidente envolvendo o veículo segurado com veículos de servidores da contratante, dentro de suas dependências;
- Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- Danos causados a terceiros, Responsabilidade Civil Facultativa – RCF (Danos Materiais e Pessoais a Terceiros);
- Acidentes Pessoais por Passageiros – APP (Morte e Invalidez);
- Assistência 24h (vinte e quatro) horas, incluindo reboque;
- Coberturas adicionais de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:
- assistência em caso de pane mecânica;
- assistência em caso de pane elétrica;
- assistência em caso de pane seca;
- disponibilidade de serviços de chaveiro, borracheiro e vidraceiro;
- reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até 600 km;
- transporte do motorista e passageiros do veículo segurado em caso de imobilização do veículo segurado;
- transporte do motorista e passageiros do veículo segurado em caso de roubo ou furto do veículo segurado.

j) DO ENDOSSO:

- Quaisquer alterações na apólice, tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, quando couber, poderão ser solicitadas pelo Instituto Federal do Amapá, e processadas pela licitante vencedora, mediante endosso;
- Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto do contrato, que apresentarem durante o período da vigência do mesmo;
- A empresa vencedora deverá providenciar no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, a contar da data de solicitação pelo IFAP, as alterações na respectiva(s) apólice(s).

k) DA FRANQUIA:

- A Franquia considerada neste Termo de Referência é a **reduzida**, e os valores deverão constar obrigatoriamente nas propostas;
- A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);
- A franquia somente será cobrada quando houver danos parciais, sendo isenta nos casos de perda total, furto, roubo, danos causados pela natureza e quando resultar de pequenos acidentes em que o dano for causado apenas a terceiros;
- Os valores referentes às franquias, em caso de sinistro parcial, **serão pagos pela Reitoria do IFAP**, observado o seguinte:
- O valor referente à franquia deverá ser pago pelo IFAP, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação (Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS) regular; ou o sistema financeiro do IFAP não permita a operação, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse;
- Os veículos serão reparados preferencialmente em concessionárias autorizadas da marca, em caso de sinistro;
- Os reparos poderão ser feitos em oficinas terceirizadas e credenciadas pela seguradora, desde que sejam autorizados pelo IFAP.



- Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

l) DO PERFIL DOS MOTORISTAS:

- Os veículos são conduzidos por motoristas terceirizados ou por servidores legalmente autorizados;
- As características individuais dos motoristas como tempo de habilitação e idade não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado; considerar como indeterminado.

m) DA GUARDA E UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS:

- Os veículos a serem, eventualmente, segurados são usados para transporte de servidores/alunos pertencentes aos campi do IFAP, além de colaboradores a serviço, sendo que eventualmente, são utilizados para transporte de bens patrimoniais (mesas, armários, etc.) entre um campus e outro, no Estado do Amapá;
- Os veículos quando estão na Reitoria ou Campi do Instituto Federal do Amapá, permanecem recolhidos em estacionamento privado e fechado;
- Dentre os veículos a serem, eventualmente, segurados não existe algum que tenha sido transformado, blindado, ou que seja utilizado em uso policial ou ambulância;
- Não há previsão de quantidade de quilômetros a serem percorridos pelos veículos da frota do IFAP no período de vigência do seguro.

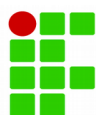
n) DA VISTORIA E FORMULAÇÃO DA PROPOSTA

- A empresa interessada em vistoriar os veículos a serem segurados, para fins de obtenção de informações para formulação de sua proposta, deverá fazê-lo no local onde estiver o veículo, em dias úteis. A data e o horário da vistoria poderão ser marcados junto ao setor de Transportes da Reitoria, e deverão ocorrer em até 03 (três) dias da data marcada para abertura do certame licitatório;
- Tendo em vista a faculdade de realização de vistoria, os licitantes (seguradoras) não poderão alegar desconhecimento das condições e o grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência da contratação, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios;
- Após a realização do processo de licitação, a empresa contratada poderá realizar vistoria dos veículos, observado que o valor contratado não poderá ser alterado.

o) DA GARANTIA DOS SERVIÇOS:

- Os serviços porventura executados pela(s) oficina(s) credenciada(s) pela Contratada terão garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados do Recebimento Definitivo;
- Caso a empresa apresente prazo de garantia superior ao estipulado acima, o novo prazo será considerado para o termo final;
- A garantia abrange peças e materiais utilizados e serviços executados pela(s) oficina(s) credenciada(s), observadas as legislações em defesa do consumidor;
- Diante dos requisitos mínimos acima, após pesquisa de mercado, foi possível identificar a existência de um número significativo de empresas que prestam os serviços de seguro total de veículos nestas condições, à exemplo dos fornecedores pesquisados durante a pesquisa de preços, conforme abaixo:

Fornecedor	CNPJ	Total estimado homologado
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	61.198.164/0001-60	Proposta direta
Seguros Sura S/A	33.065.699/0001-27	Proposta direta (atual seguradora)

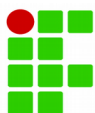


Gente Seguradora S/A	90.180.605/0001-02	Pregão nº 12019 / UASG: 158124
----------------------	--------------------	-----------------------------------

4. Estimativa das Quantidades, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (art. 24, § 1º, IV, e anexo III da IN 05/2017)

Abaixo está o detalhamento do quantitativo de serviços solicitados, somados os quantitativos de veículos da Reitoria e Campi do Ifap:

ITEM	CAMPUS	DESCRIÇÃO DO VEÍCULO	ANO/MO D	PLACA	CHASSI	COD. FIPE	VALOR FIPE	QTDE
1	PORTO GRANDE	MITSUBISHI L-200 TRITON GL 3.2 DIESEL	08/09	NEM 1562	93XPNK7409C85 1979	02209 3-0	R\$ 46.174,00	1
2	REITORI A	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/12	NET 5102	8AJFR22G2C455 5355	00208 8-5	R\$ 75.628,00	1
3	REITORI A	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/11	NEZ 6532	8AJFR22GXB455 3125	00208 8-5	R\$ 71.112,00	1
4	PORTO GRANDE	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/11	NEZ 6692	93XLNKB8TGCF1 5816	00208 8-5	R\$ 71.112,00	1
5	MACAPÁ	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/11	NEZ 6712	8AJFR22G9B455 3102	00208 8-5	R\$ 71.112,00	1
6	LARANJA L DO JARI	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/11	NEZ 6672	8AJFR22G0B455 3053	00208 8-5	R\$ 71.112,00	1
7	OIAPOQUE	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/11	NEZ 6682	8AJFR22GXB455 3075	00208 8-5	R\$ 71.112,00	1
8	REITORI A	MITSUBISHI L-200 TRITON GL 3.2 DIESEL	15/16	QLN 9761	93XLNKB8TGCF1 5816	02212 5-2	R\$ 82.621,00	1
9	SANTANA	MITSUBISHI L-200 TRITON GL 3.2 DIESEL	15/16	QLN 9763	93XLNKB8TGCF1 5912	02212 5-2	R\$ 82.621,00	1
10	LARANJA L	MITSUBISHI L-200 TRITON GL 3.2 DIESEL	16/17	QLO-2108	93XLNKB8THCG 22685	02212 5-2	R\$ 98.902,00	1



11	MACAPÁ	VEÍCULO PARA NISSAN VERSA 1.6 SV 16 V FLEX/START 4P MEC. ÁLCOOL/ GASOLINA	15/16	QLT 3631	940BCAN17GB1 10691	02313 7-1	R\$ 40.505,0 0	1
12	REITORI A	VEÍCULO PARA NISSAN VERSA 1.6 SV 16 V FLEX/START 4P MEC. ÁLCOOL/ GASOLINA	15/16	QLT 3632	94DBCAN17GB1 10449	02313 7-1	R\$ 40.505,0 0	1
13	SANTAN A	VEÍCULO PARA NISSAN VERSA 1.6 SV 16 V FLEX/START 4P MEC. ÁLCOOL/ GASOLINA	15/16	QLT 3633	94DBCAN17GB1 10667	02313 7-1	R\$ 40.505,0 0	1
14	MACAPÁ	MICRO-ONIBUS MARCOPOLO W9	11/11	NEO- 0248	93PB40E3PBC03 6683	50801 0-0	R\$ 83.416,0 0	1

5. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar (art. 24, § 1º, V, e anexo III da IN 05/2017)

A contratação de Companhia Seguradora para a prestação dos serviços de seguro total de 14 (quatorze) veículos, todos de propriedade do Ifap, durante o período de 12 (doze) meses é necessária uma vez que nenhum veículo da frota do Instituto possui seguro contra acidentes e sinistros.

Em consulta junto ao Banco de Preços, ferramenta muito semelhante ao Painel de Preços do governo federal foi possível identificar como tem sido as ocorrências de licitações para a contratação deste tipo de serviço, e tem sido prática em um significativo número de organizações públicas, especialmente com o objetivo de resguardar o patrimônio público.

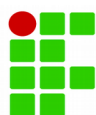
Também obteve-se cotação de preço diretamente com seguradoras deste serviço, em que por meio dos preços ofertados foi possível comparar a realidade das contratações já efetivadas (disputadas) com o valor do prestador de serviço direto, o que apresentou diferença significativa de modo que para alguns itens foi desconsiderada a cotação do Painel de Preços. Além disso, a prestadora de serviço cotou valores para todos os veículos, o que assegura a existência de seguro para todos os 14 (quatorze) veículos do Ifap, observada a especificidade de cada um.

Portanto, contratar Companhia Seguradora, por meio de licitação, com sugestão de modalidade pregão eletrônico, é a maneira legal e viável para esta contratação.

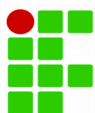
6. Estimativas preliminares dos preços de referência (art. 24, § 1º, IV, e anexo III da IN 05/2017)

Foi realizada pesquisa de mercado e preço conforme o disposto na instrução normativa de pesquisa de preços nº 03/2017 – SLTI/MPOG, e os valores de referência foram os abaixo:

ITEM	CAMPUS	DESCRIÇÃO DO VEÍCULO	ANO / MO D	PLACA	CHASSI	COD. FIPE	VALOR FIPE	QT D	VALOR ESTIMADO
------	--------	----------------------	------------	-------	--------	-----------	------------	------	----------------



1	PORTO GRAND E	MITSUBISHI L- 200 TRITON GL 3.2 DIESEL	08/0 9	NEM 1562	93XPNK7409C8 51979	02209 3-0	R\$ 46.174,0 0	1	R\$ 3.189,26
2	REITORI A	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/1 2	NET 5102	8AJFR22G2C455 5355	00208 8-5	R\$ 75.628,0 0	1	R\$ 3.741,01
3	REITORI A	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/1 1	NEZ 6532	8AJFR22GXB455 3125	00208 8-5	R\$ 71.112,0 0	1	R\$ 3.678,41
4	PORTO GRAND E	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/1 1	NEZ 6692	93XLNKB8TGCF 15816	00208 8-5	R\$ 71.112,0 0	1	R\$ 3.678,41
5	MACAP Á	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/1 1	NEZ 6712	8AJFR22G9B455 3102	00208 8-5	R\$ 71.112,0 0	1	R\$ 3.678,41
6	LARANJ AL DO JARI	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/1 1	NEZ 6672	8AJFR22G0B455 3053	00208 8-5	R\$ 71.112,0 0	1	R\$ 3.678,41
7	OIAPO QUE	TOYOTA HILUX CD D4 D 4X4 2.5 16 V 102CV TB – DIESEL	11/1 1	NEZ 6682	8AJFR22GXB455 3075	00208 8-5	R\$ 71.112,0 0	1	R\$ 3.678,41
8	REITORI A	MITSUBISHI L- 200 TRITON GL 3.2 DIESEL	15/1 6	QLN 9761	93XLNKB8TGCF 15816	02212 5-2	R\$ 82.621,0 0	1	R\$ 4.523,73
9	SANTA NA	MITSUBISHI L- 200 TRITON GL 3.2 DIESEL	15/1 6	QLN 9763	93XLNKB8TGCF 15912	02212 5-2	R\$ 82.621,0 0	1	R\$ 4.523,73
10	LARANJ AL	MITSUBISHI L- 200 TRITON GL 3.2 DIESEL	16/1 7	QLO- 2108	93XLNKB8THCG 22685	02212 5-2	R\$ 98.902,0 0	1	R\$ 4.685,08
11	MACAP Á	VEÍCULO PARA NISSAN VERSA 1.6 SV 16 V FLEX/START 4P MEC. ÁLCOOL/ GASOLINA	15/1 6	QLT 3631	940BCAN17GB1 10691	02313 7-1	R\$ 40.505,0 0	1	R\$ 2.072,21



1 2	REITORI A	VEÍCULO PARA NISSAN VERSA 1.6 SV 16 V FLEX/START 4P MEC. ÁLCOOL/ GASOLINA	15/1 6	QLT 3632	94DBCAN17GB1 10449	02313 7-1	R\$ 40.505,0 0	1	R\$2.072, 21
1 3	SANTA NA	VEÍCULO PARA NISSAN VERSA 1.6 SV 16 V FLEX/START 4P MEC. ÁLCOOL/ GASOLINA	15/1 6	QLT 3633	94DBCAN17GB1 10667	02313 7-1	R\$ 40.505,0 0	1	R\$ 2.072,21
1 4	MACAP Á	MICRO- ONIBUS MARCOPOLLO W9	11/1 1	NEO- 0248	93PB40E3PBC03 6683	50801 0-0	R\$ 83.416,0 0	1	R\$ 5.601,36

O total estimado para esta contratação foi no valor de **R\$ 50.874,35 (cinquenta mil, oitocentos e setenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).**

7. Descrição da solução como um todo

Serviço de **seguro total de veículos** em atendimento às necessidades da Instituição, incluindo-se a atual frota de veículos do IFAP (Reitoria e seus Campi), com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, em todo o Estado do Amapá, inclusive com serviço de socorro (guincho), sem limite de quilometragem em qualquer caso que impossibilite o regular funcionamento dos veículos segurados, impedindo-os de se locomoverem por seus próprios meios. A contratação de Companhia Seguradora é para seguro de 14 (quatorze) veículos, sendo 4 Mitsubishi L-200, 6 Toyota Hilux 4x4, 3 Nissan Versa, e 1 microônibus Marcopolo.

8. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação, quando necessária para individualização do objeto

A realização de licitação por itens ou lotes, está prevista no art. 23, §1º, da Lei n.º 8.666/93:

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

O critério de julgamento de “Menor Preço Global” por grupos justifica-se por entender que na prestação do serviço em questão, a divisibilidade total torna o contrato menos vantajoso. A opção do certame licitatório por grupo deve-se também ao fato de que a contratação de várias empresas dificulta o gerenciamento e fiscalização do contrato, especialmente pela especificidade do presente serviço. Além disso, os itens foram agrupados por serem de natureza semelhante, sabendo que o agrupamento é técnico e economicamente viável (Art. 8º do 7.892/2013), e conforme pesquisa de mercado, existem empresas que prestam o serviço desta contratação para o Estado do Amapá.

9. Demonstrativos do resultado pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis

Por meio da presente contratação tem-se o objetivo de resguardar o patrimônio do Ifap, visto que trata-se da frota de veículos do Instituto, utilizada no transporte de servidores, alunos, colabora-

dores, todos em função da atividade da organização, e também é utilizada no transporte de bens e materiais, quando cabível.

Além do objetivo principal acima, é importante mencionar que em caso de acidentes, o tempo utilizado para manutenção corretiva dos veículos segurados sofre redução significativa, assim como o valor gasto com a referida manutenção, vez que o Ifap arca com o pagamento de despesa somente do valor da franquia contratada, o que gera economicidade e aproveitamento dos recursos disponíveis.

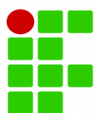
10. Providências para adequação ambiente do Órgão

Segundo o TCU, este tópico trata-se da ocupação de espaço físico pela contratada, alocação de equipamentos do órgão, instalação de links de comunicação, alocação de crachás para os funcionários da contratada e concessão de perfis de acesso a serviços do órgão).

Desta forma, por meio desta contratação a contratada deverá assegurar os recursos materiais necessários para a execução dos serviços que lhe forem demandados e utilizar as melhores práticas, capacidade técnica, materiais, recursos humanos e supervisão técnica e administrativa, para garantir a qualidade dos serviços. Para tanto, o Ifap permitirá o livre acesso das pessoas autorizadas da Contratada, durante o horário a ser estabelecido entre as partes, às dependências do órgão, desde que devidamente identificadas, proporcionando todas as facilidades para que a organização Contratada possa desempenhar, por meio dos profissionais, os serviços dentro das normas e critérios da contratação.

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não há neste Órgão contratações correlatas e/ou interdependentes para o objeto da presente contratação.



ANEXO I – B

MAPA DE RISCO REFERENTE AO PLANO DE ESTUDOS PRELIMINARES
CONFORME ANEXO IV DA IN Nº 05/2017 - MPOG

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a Análise de Riscos descreverá e avaliará as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser tratadas, **ela permeará todo processo de contratação.**

A análise qualitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato. A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios quantitativos de classificação do nível de risco.

	Matriz de Probabilidade x Impacto				
Probabilidade					
5	5	10	15	20	25
4	4	8	12	16	20
3	3	6	9	12	15
2	2	4	6	8	10
1	1	2	3	4	5
Impacto	1	2	3	4	5

Figura 1: Matriz Probabilidade x Impacto

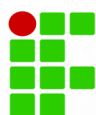
FASE DE ANÁLISE

(X) Planejamento da Contratação

() Gestão do Contrato

1. RISCOS RELACIONADOS AO LEVANTAMENTO DE MERCADO (IN.05/2017 SLTI/MPOG)

Risco 01:	Levantamento de mercado deficiente (não verificou que não existe fornecedor para a solução como foi especificada), levando a licitação deserta (ou seja, nenhuma proposta é apresentada na licitação)	
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto	
Id	Dano	
1.	Consequente retrabalho para realizar a contratação ou não atendimento da necessidade que originou a contratação.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Equipe de planejamento da contratação executa o levantamento de soluções do mercado junto a diferentes fontes possíveis, efetuando levantamento de contratações similares feitas por outros órgãos, consulta a sítios na internet, consulta a publicações especializadas (comparativos de soluções publicados em revistas especializadas) e pesquisa junto a fornecedores.	Equipe de planejamento



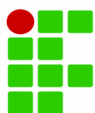
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Caso seja identificada a existência de fornecedor específico que atenda a solução, optar pela instrução de processo de inexigibilidade, ou ainda, caso a licitação seja deserta ou fracassada, após nova tentativa, optar pela dispensa de licitação, considerando a necessidade do serviço.	Equipe de planejamento e Unidade de Licitações

2. RISCOS RELACIONADOS AO LEVANTAMENTO DE RESULTADOS ESPERADOS (IN.05/2017 SLTI/MPOG)

Risco 02:	Definição de resultados subjetivos, levando a dificuldade na análise custo-benefício com consequente contratação que não representa a melhor alocação de recursos na organização	
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto	
Id	Dano	
1.	Consequente retrabalho para realizar a contratação ou não atendimento da necessidade que originou a contratação.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	O requisitante deve declarar formalmente os resultados pretendidos nos autos do processo de contratação, de forma clara e objetiva. Quando possível, os resultados devem ser mensuráveis, de modo a haver melhores condições de aferir o alcance dos resultados declarados após a implantação da solução.	Equipe de planejamento
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Equipe de planejamento da contratação deve avaliar a possibilidade da contratação alcançar os resultados esperados definidos pela área requisitante. Se a equipe de planejamento considerar que os resultados não são realistas, deve negociar com a área requisitante para ajustar as expectativas, planejando, assim, uma contratação viável. Caso a negociação não se mostre eficaz, a equipe de planejamento deve levar o caso às instâncias superiores.	Equipe de planejamento e demandantes do objeto

3. RISCOS RELACIONADOS AO PLANEJAMENTO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (IN.05/2017 SLTI/MPOG)

Risco 03:	Não planejar a contratação da solução como um todo, levando a aquisição de somente parte da solução, com consequente impossibilidade de atender a necessidade de negócio que motivou a contratação.	
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto	
Id	Dano	
1.	Consequente retrabalho para realizar a contratação ou não atendimento da necessidade que originou a contratação.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	A equipe de planejamento da contratação realizará os estudos técnicos preliminares identificando todas as partes da solução necessárias ao atendimento da necessidade que motivou a contratação, para somente depois decidir pelo parcelamento ou não para fins de contratação.	Equipe de planejamento
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Caso seja identificada a existência de fornecedor específico que atenda a	Equipe de planejamento e



solução, optar pela instrução de processo de inexigibilidade, ou ainda, caso a licitação seja deserta ou fracassada, após nova tentativa, optar pela dispensa de licitação, considerando a necessidade do serviço.	demandantes do objeto
--	-----------------------

4. RISCOS RELACIONADOS ÀS PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO (IN.05/2017 SLTI/MPOG)

Risco 04:	Intempestividade na adequação do ambiente da organização, levando ao atraso no alcance dos resultados pretendidos com a contratação ou atraso do início dos trabalhos da contratada, com consequente não atendimento da necessidade que originou a contratação ou surgimento de pleitos da contratada de algum tipo de indenização, pois esta já terá alocado recursos sem poder obter retorno.	
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto	
Id	Dano	
1.	Não atendimento da necessidade que originou a contratação e possíveis danos para a administração.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	A equipe de planejamento da contratação, com o apoio dos gerentes máximos da área especialista e da área beneficiária, obtém compromissos de todos os atores responsáveis pelas mudanças no ambiente da organização necessárias para que a solução gere os benefícios esperados (exemplo: informar na própria descrição do serviço os locais e espaços a serem disponibilizados para a prestação do serviço)	Equipe de planejamento
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Realização de reuniões, com assinatura em ata, para comprometimento e responsabilização dos gestores envolvidos na contratação.	Equipe de planejamento e gestores do Ifap



ANEXO I - C
MAPA DE RISCO REFERENTE AO TERMO DE REFERÊNCIA
CONFORME ANEXO IV DA IN Nº 05/2017 - MPOG

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a Análise de Riscos descreverá e avaliará as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser tratadas, **ela permeará todo processo de Contratação.**

A análise qualitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato. A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios quantitativos de classificação do nível de risco.

	Matriz de Probabilidade x Impacto				
Probabilidade					
5	5	10	15	20	25
4	4	8	12	16	20
3	3	6	9	12	15
2	2	4	6	8	10
1	1	2	3	4	5
Impacto	1	2	3	4	5

Figura 1: Matriz Probabilidade x Impacto

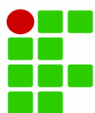
FASE DE ANÁLISE

(X) Planejamento da Contratação

() Gestão do Contrato

1. RISCOS RELACIONADOS À FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (IN.05/2017 SLTI/MPOG)

Risco 01:	Inobservância dos procedimentos formais previstos na instrução normativa de serviços nº 05/2017 - MPOG	
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto	
Id	Dano	
1.	Consequente retrabalho para realizar a contratação ou não atendimento da necessidade que originou a contratação.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Equipe de planejamento da contratação executa o levantamento de todas as diretrizes gerais e específicas estabelecidas pela IN nº 05/2017 no que se refere principalmente à elaboração dos estudos preliminares, mapa de riscos e termo de referência.	Equipe de planejamento
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Equipe de Planejamento deverá consultar outros órgãos públicos para verificar contratações similares com fundamentação conforme a IN nº	Equipe de planejamento e Setor de Licitações



05/2017 – MPOG.

2. RISCOS RELACIONADOS AO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IN.05/2017 SLTI/MPOG)

Risco 02:	Instrumento de medição de resultados com indicadores, metas e mecanismos complexos ou sobrepostos	
Probabilidade:	() Baixa (X) Média () Alta	
Impacto:	() Baixo () Médio (X) Alto	
Id	Dano	
1.	Possibilidade do pagamento à contratada não ser proporcional ao atendimento das metas estabelecidas	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Descrever detalhadamente, os indicadores mínimos de desempenho esperados, em relação à natureza do serviço, com a finalidade de adequar o pagamento à conformidade dos serviços prestados e dos resultados efetivamente obtidos, devendo conter, dentre outros requisitos: indicadores e metas estipulados de forma sistemática, de modo que possam contribuir cumulativamente para o resultado global do serviço e não interfiram negativamente uns nos outros. Os indicadores deverão ser objetivamente mensuráveis e compreensíveis, de preferência facilmente coletáveis, relevantes e adequados à natureza e características do serviço.	Equipe de planejamento
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Consultar contratos de outros órgãos da administração pública, em execução ou executados, de maneira a identificar os indicadores estabelecidos e sua aplicação na prática, de maneira a adequar ou minimizar os prejuízos da contratação vigente, em caso de indicadores, metas e mecanismos inadequados.	Equipe de planejamento, Gestor de Contrato e Fiscal de Contrato